

Clausewitz e os Estudiosos da “Nova Guerra”

Bart Schuurman
© 2010 Bart Schuurman

Este artigo foi originalmente publicado na revista *Parameters* (Spring 2010).

DESDE A SEGUNDA Guerra Mundial, as forças armadas do Ocidente têm sido mais bem-sucedidas quando enfrentam oponentes cujas armas, métodos de organização e modo de pensar são bem semelhantes aos seus. Conflitos como a Guerra dos Seis Dias (Israel, 1967) e a primeira Guerra do Golfo (1991) são exemplos da habilidade das forças militares ocidentais para derrotar adversários cujas capacidades são equivalentes às suas. No início dos anos 90, a queda da União Soviética pareceu confirmar as superioridades militar, econômica e ideológica do Ocidente. Entretanto, ao tempo em que ocorria a queda do Muro de Berlim, novas ameaças iam surgindo. Quando as esperanças de colher os dividendos dessa vitória foram apagadas na Somália, em Ruanda e nos Bálcãs, acadêmicos e profissionais militares passaram a buscar explicações para o fato de as mais poderosas forças militares do mundo não serem capazes de derrotar milícias inferiores, dotadas de armamento rudimentar. Muitos observadores concluíram que a natureza da guerra havia mudado e que as forças armadas do Ocidente tinham de se adaptar aos novos paradigmas.

A escola de pensamento da “nova guerra” contribuiu significativamente para entendermos o motivo pelo qual a superioridade militar convencional tem valor limitado em guerras civis ou de contrainsurgência. A vitória nesses conflitos já não reside na capacidade de infligir destruição maciça, mas na capacidade de retirar o apoio popular dos oponentes, isolando o insurgente ou o terrorista daquilo de que ele mais precisa. Os teóricos da “nova guerra” já provaram que as forças armadas do Ocidente precisam alterar definitivamente a forma como encaram os conflitos armados e como

se preparam para eles. Infelizmente, alguns desses teóricos também tentaram mudar radicalmente a maneira como vemos os conflitos armados em geral. Essa abordagem já levou a sérios equívocos referentes às características fundamentais da guerra e à relação entre conflitos contemporâneos e históricos. Este artigo irá esclarecer algumas dessas questões e expor o raciocínio falho sobre o qual esses erros estão baseados. Ao fazer isso, este autor espera contribuir para o desenvolvimento de um quadro intelectual ligeiramente diferente, mais consistente, que possa ser usado para estudar a guerra histórica e contemporânea¹.

A Mentalidade da “Nova Guerra”

Um princípio central, entre os que defendem a existência de uma “nova guerra”, reza que as características fundamentais das guerras estariam sujeitas a mudanças, como se fosse possível que os conflitos armados evoluíssem, passando por várias fases distintas. Esse conceito contradiz diretamente o trabalho do formidável Carl von Clausewitz, não sendo surpresa, portanto, que esses teóricos tenham tentado desacreditar o trabalho do estrategista prussiano, para validar suas próprias conclusões. Segundo Tony Corn, “A obsessão por Clausewitz pode levar a absurdos terríveis sobre a ‘Guerra Global contra o Terrorismo’”². Philip Meilinger expressa um sentimento parecido, quando escreve que “foram cometidos erros no Iraque e mais de 3 mil norte-americanos e dezenas de milhares de iraquianos pagaram por isso com suas vidas. O paradigma Clausewitziano, seguido tão açodadamente, mostrou-se desastroso”³.

No entanto os argumentos para descartar Clausewitz são de natureza extremamente questionável. Ao examinar mais detalhadamente as críticas contra ele, este artigo pretende mostrar que, em vez de validar a teoria da “nova guerra”, Clausewitz, na verdade, expõe suas falhas fundamentais. Antes de tudo, porém, uma breve análise dos principais teóricos dessa corrente irá descrever a teoria e algumas de suas armadilhas mais comuns.

Bart Schuurman é pesquisador no Departamento de História Geral e História da Arte na Universidade de Utrecht, na Holanda.



Um militar da Força Aérea dos EUA, integrante da Equipe de Reconstrução Provincial de Zabul, durante uma patrulha na Cidade de Qalat, Afeganistão, 09 Ago 11.

Mary Kaldor representa, em muitos aspectos, a corrente que defende a existência de uma “nova guerra”. Ela descarta Clausewitz com o argumento de que ele enxergava a guerra como “o emprego de meios militares para derrotar outro Estado” e que essa abordagem não mais se aplica aos conflitos de hoje⁴. Ela sustenta que Estados já não são os principais atores na guerra, tendo sido substituídos por “grupos identificados em termos de filiação étnica, religiosa ou tribal” e que essas forças raramente se engajam em batalhas decisivas⁵. Kaldor acredita que os conflitos contemporâneos já não buscam obter uma vitória militar específica, tendo se tornado instrumentos de mobilização política por meio do emprego da violência, o que fez com que os civis se tornassem os alvos principais. Em alguns casos, simplesmente não haveria objetivo algum e os combatentes manteriam um estado de conflito apenas porque isso lhes proporcionaria benefícios econômicos. Kaldor defende a hipótese de que a “nova guerra” acelera o próprio processo de desintegração do Estado que lhe deu origem. Em resumo, ela sustenta que o fim da Guerra Fria

levou ao final da guerra entre Estados e ao surgimento de um novo tipo de conflito, caracterizado por contendas civis⁶.

William Lind e Thomas Hammes desenvolveram outra linha para a teoria da “nova guerra”, igualmente popular. Eles argumentam que a história da guerra progrediu por várias fases distintas e que o mundo estaria vivendo a “guerra de quarta geração”. Nesta, a alta tecnologia teria permitido que forças armadas do Ocidente enfrentassem oponentes elusivos e materialmente inferiores que, com uma combinação de guerra de guerrilha, terrorismo e campanhas voltadas a minar a opinião pública ocidental, ainda conseguem representar uma ameaça significativa para a segurança dessa parte do globo. Lind e Hammes acreditam que o Ocidente enfrenta dificuldades para utilizar todo o seu potencial militar, porque estaria empregando princípios e doutrinas antiquados, pertencentes às gerações anteriores da guerra, que enfatizavam a mobilidade, como exemplificado pelo conceito da “guerra relâmpago” (a *blitzkrieg* alemã)⁷.

Pensamentos Iniciais

Esses casos são apenas dois exemplos da literatura relacionada à “nova guerra”. Mesmo assim, expressam duas importantes características gerais: a tendência de impor limites históricos definidos e a crença de que os avanços modernos refletem mudanças fundamentais na natureza da guerra. E isso constitui um rompimento com o “velho” conceito de Clausewitz. Uma óbvia falha desses exemplos, imediatamente percebida, é manifestada por Colin Gray, que observa que “sempre houve disputas violentas entre comunidades. É um fenômeno mundial, sem dúvida, mas tem sido sempre assim. Não devemos exagerar sua incidência”⁸. Edward Newman salienta esse ponto ao mostrar que muitos fatores considerados como sendo característicos da “nova guerra”, como a motivação econômica ou criminoso, a escolha deliberada de civis como alvos, a limpeza étnica e até o genocídio, já eram preponderantes em vários conflitos no início do século XX — e mesmo antes⁹.

A divisão da guerra em categorias históricas distintas, como querem os defensores da guerra de quarta geração, é algo igualmente problemático. Críticos como Lawrence Freedman descartam essa teoria devido ao uso seletivo de fontes históricas e à divisão de gerações segundo períodos de tempo improváveis. Michael Evans também acha que sua utilização de uma classificação da guerra em fases estanques, ao estilo marxista, é “organizada” demais e que seu modelo linear de evolução é simplista, ignorando o fato de que a guerra contemporânea é, na verdade, uma síntese de várias formas. Em grande parte, essas críticas refletem a tendência dos pensadores da guerra de quarta geração de confundir simples variações na forma da guerra com mudanças fundamentais na sua natureza. Esse erro levou seus defensores a encontrar diferenças fundamentais entre as várias “gerações”, onde não existe nenhuma. Embora a guerra tenha evoluído — e, certamente, continue a evoluir —, essas mudanças estão mais relacionadas a fatores contextuais do que a fatores fundamentais: as partes em guerra, seus objetivos e as armas empregadas¹⁰.

Acontecimentos recentes, como redes de comunicações globais, o mercado financeiro internacional e o emprego de homens-bomba de orientação religiosa, por exemplo, capacitaram organizações

terroristas como a Al Qaeda a ameaçar seus oponentes de formas não antecipadas. Contudo, essa tendência não é realmente nova, por si só. É óbvio que o contendor materialmente inferior sempre irá buscar estratégias que desbordem a superioridade militar de seu oponente. Antulio Echevarria resumiu assim: “Ao longo da história, terroristas, guerrilheiros e assemelhados buscam abater a determinação de seus oponentes para a luta, em vez de tentar derrotar seus meios. A diferença é que, agora, dispõem de maior alcance à determinação de seus inimigos”¹¹. Da mesma forma, embora homens-bomba possam estar individualmente motivados por suas convicções religiosas, os grupos que os empregam buscam, muitas vezes, objetivos materiais. O que a Al Qaeda pretende, assumidamente, não são os assassinatos em massa, de inspiração religiosa, mas o fim da influência ocidental em terras muçulmanas e o estabelecimento de um Estado palestino. Em outras palavras, grupos como a rede terrorista de bin Laden também buscam conquistar poder e influência, como ocorre em todos os conflitos armados¹².

As diferentes manifestações da guerra não representam, necessariamente, uma nova era ou uma nova geração na evolução histórica do conflito armado. Em vez disso, refletem os pormenores contextuais e a configuração atual dos elementos subjacentes e imutáveis da guerra. Esse argumento é totalmente baseado nas ideias

É óbvio que o contendor materialmente inferior sempre irá buscar estratégias que desbordem a superioridade militar de seu oponente.

de Clausewitz sobre a natureza da guerra, que o artigo passará a abordar a seguir. Para adequadamente mostrar a precariedade dos fundamentos da teoria da “nova guerra” — e para propor uma forma alternativa de pensar sobre conflito armado — é essencial discutirmos as ideias de Clausewitz, em relação à natureza da guerra, e os autores que as criticam.

Recordando Clausewitz

Pode-se argumentar que a parte mais interessante — e a mais contestada — do legado de Clausewitz é sua teoria de que a natureza fundamental da guerra se assemelha a uma “trindade paradoxal”, cujos elementos são a violência, o acaso e o propósito racional. Para obter um completo entendimento do valor dessa teoria, bem como das críticas a ela, será útil primeiramente distinguirmos os conceitos de “guerra absoluta” e de “guerra real”¹³.

Foi esse conceito que levou o influente historiador e estrategista militar britânico do século XX, Basil Liddell Hart, a acusar Clausewitz de ser um defensor da guerra ilimitada, e como tal, ter sido o responsável direto pela carnificina ocorrida na Primeira Guerra Mundial¹⁴. Mais recentemente, John Keegan defendeu o mesmo ponto de vista, chamando Clausewitz de “o apóstolo de uma filosofia revolucionária sobre o modo de travar a guerra” e afirmando que ele defendia que a guerra irrestrita atendia plenamente aos interesses do Estado¹⁵.

Embora, à primeira vista, o argumento inicial na obra *Da Guerra* pareça apoiar essas afirmações, as críticas de Liddell Hart e Keegan são infundadas. Clausewitz define a guerra como “um ato de força para compelir nosso inimigo a fazer a nossa vontade” e declara que “introduzir o princípio da moderação na teoria da guerra sempre levaria a um absurdo lógico”, prosseguindo com a afirmação de que, como “não há um limite lógico à aplicação dessa força” isso poderia, “teoricamente, levar a extremos”¹⁶. Como essas citações mostram, contudo, Clausewitz escrevia sobre a guerra no sentido teórico. Duas páginas mais adiante, ele afirma que, quando se sai “do mundo abstrato para o real... tudo parece bem diferente”¹⁷.

Basicamente, Clausewitz não estava defendendo nada; apenas explorava a noção filosófica do tipo “ideal” de guerra no sentido platônico, como um fenômeno removido das limitações do mundo real. Ao comparar as tendências absolutas da guerra com os fatores que limitavam seu escopo no mundo real, Clausewitz mostrou que a guerra não é regida por qualquer lógica em particular, mas que é uma combinação de elementos que refletem sua natureza diversa. Segundo Christopher Bassford, um estudioso de Clausewitz, parte dessa confusão decorre do fato de que o teórico

prussiano utiliza um método dialético na sua argumentação. Assim, as reflexões de Clausewitz sobre a guerra como um fenômeno abstrato, fora da realidade, não devem ser examinadas isoladamente, mas vistas como a primeira parte de um argumento maior. Sua tese sobre a guerra tender a extremos tem, como antítese, sua mais famosa frase, a de que “a guerra é simplesmente a continuação das políticas por outros meios”¹⁸. Bassford afirma que a tese da guerra como uma violência sem controle e sua antítese, da guerra como uma atividade racional, são sintetizadas na trindade de Clausewitz, com a adição do elemento acaso¹⁹.

Seja por engano honesto ou, como alega Bassford, sobre Keegan, por uma completa falta de análise crítica, a alegação de que Clausewitz defendia que a guerra não deveria ter limites se mostra totalmente infundada²⁰. Outro estudioso de Clausewitz, Andreas Herberg-Rothe, reforça esse argumento, concordando que os conceitos de guerra absoluta e de guerra como um instrumento da política não devem ser ligados um ao outro, mas, ao contrário, entendidos como opostos²¹.

Por um lado, Clausewitz mostra que, se a guerra for observada na forma abstrata, como um conflito entre forças “que não obedecem a lei alguma que não seja a sua própria”, a natureza recíproca da violência conduz inevitavelmente a extremos, na medida em que dois oponentes tentam obter a vantagem²². Por outro lado, ele também constatou que, na realidade, vários fatores impedem a guerra de chegar a esses níveis extremos e a política estabelece os objetivos e os limites da guerra. Ele resumiu essas observações da seguinte forma:

A guerra é mais do que um verdadeiro camaleão que, para uma dada circunstância, adapta suas características ligeiramente. Como um fenômeno total, suas tendências dominantes sempre tornam a guerra uma trindade paradoxal — formada principalmente pela violência, ódio e inimizade, que podem ser tratados como uma força natural, cega; pelo jogo do acaso e das probabilidades, onde o espírito criativo pode enveredar-se livremente; e por seu elemento de subordinação, como um instrumento da política, que a torna subordinada somente à razão²³.

Como mostram Edward Villacres e Bassford, ao descrever a guerra como mais do que um camaleão, como algo que não muda sua aparência

apenas superficialmente, Clausewitz enfatiza que a guerra pode assumir várias formas, e todas podem ser interpretadas como uma combinação de forças irracionais (emoção violenta), não racionais (acaso e sorte) e racionais (guerra como um instrumento de política)²⁴. Depois de descrever o que passou a ser conhecido como a trindade primária, porém, Clausewitz prossegue e define a secundária, afirmando que “o primeiro desses três aspectos [violência] diz respeito principalmente à população, o segundo [acaso] ao comandante e seu exército, e o terceiro [propósito racional] ao governo”²⁵. Essa única frase se tornou o ponto central das críticas de autores que gostariam de enviar Clausewitz para a lata de lixo da história. Ao se concentrarem na trindade secundária, eles sustentam que esse modelo trinitário implica que a guerra só é travada por Estados, porque essas entidades políticas têm uma divisão singular muito clara entre o povo, o governo e as forças armadas. Com base na observação do mundo pós-1945, esses críticos concluíram que, uma vez que a maioria das guerras modernas tem sido, de fato, travadas por atores não estatais, a obra de Clausewitz havia se tornado obsoleta e irrelevante.

Além de Keegan e Kaldor, o acadêmico internacionalmente conhecido Martin van Creveld é um dos críticos mais proeminentes que apoiam essa linha de raciocínio. Ele afirma que “se há algo em nossa bagagem intelectual que mereça ser lançado ao mar, certamente não serão os registros históricos, mas a definição clausewitziana da guerra, que nos impede de lidar adequadamente com ela”²⁶. Ele é levado a essa conclusão a partir do seu raciocínio, de que a trindade de Clausewitz é formada “pela população, pelo exército e pelo governo”²⁷ e de que essa definição reflete a crença de Clausewitz de “que a violência organizada somente deve ser chamada de ‘guerra’ se for exercida pelo Estado, para o Estado ou contra o Estado”²⁸. Portanto, ele atribui a Clausewitz e à sua obra um foco centrado no Estado, que se tornou obsoleto devido ao aumento das guerras não estatais, na atualidade²⁹.

Ambos, van Creveld e Kaldor, atribuem a Clausewitz a incapacidade de aceitar que a guerra serve para algo além de um propósito racional voltado ao bem maior do Estado³⁰. Eles são apoiados por Keegan, que alega que muitos dos conflitos nacionalistas de hoje, motivados por questões



Força Aérea dos EUA/Sgt Ryan Crane

Um militar estadunidense acompanhado de soldados afegãos, durante uma patrulha de combate para localizar dispositivos explosivos junto a uma estrada na Província de Laghman, Afeganistão, 08 Ago 11.

étnicas, são eventos irracionais, de emoção violenta, e apolíticos a ponto de não se enquadrarem no conceito de guerra de Clausewitz³¹.

Embora tais pontos de vista sejam reforçados por acadêmicos modernos, como Steven Metz, que sustenta que Keegan e van Creveld “deveriam ser leituras obrigatórias para todos os responsáveis pela segurança nacional, vistam eles uniforme ou não”, os argumentos não têm base sólida quando avaliados mais detalhadamente³². Tal como fizeram Villacres e Bassford, também Keegan, Kaldor e van Creveld não percebem o ponto essencial: Clausewitz descreve a guerra como consistindo de violência, acaso e racionalidade, e a conexão que ele faz entre essa trindade e a trindade secundária, constituída pela população, pelas forças armadas e pelo governo, é feita, principalmente, a título de exemplo. Embora pareça trivial, essa distinção é essencial, porque não há nada na trindade primária de Clausewitz que fale sobre a natureza sociopolítica da entidade que executa a guerra³³.

Quer seja um Estado, um líder local, um comunista revolucionário ou uma organização terrorista internacional, todas essas entidades estão sujeitas

à interação entre as forças da violência, do acaso e do propósito racional. Andreas Herberg-Rothe observa que Clausewitz até dedicou um capítulo do livro *Da Guerra ao conflito* entre atores não estatais o que, portanto, elimina qualquer outra conclusão que não seja a de que “o conceito de Estado de Clausewitz deve ser entendido como qualquer tipo de comunidade”³⁴. Daniel Moran enfatiza esse ponto, postulando que “a trindade de Clausewitz consiste de abstrações” e “não há dúvida de que [enxergá-la como povo, forças armadas e governo] é errado”³⁵.

Quanto à questão de a afirmação de Clausewitz sobre a necessidade de haver motivação racional tornar sua obra inadequada aos conflitos não estatais de hoje, nos quais a violência em si parece ser o objetivo principal, mais uma vez a trindade primária mostra que ele não argumenta a favor de qualquer fundamento lógico específico para uma guerra. Nela, ódio e inimizade têm o mesmo peso que a razão. De fato, como defende Robert Baumann, “as paixões e a fundamentação lógica, que levam os Estados a apostar na guerra, diferem pouco daqueles que motivam tribos ou



Foto do Exército dos EUA/Sgt. Justin Holley

Dois soldados, da Companhia C da 2/87 Infantaria, vigiam um vale de um posto de observação localizado na Província de Paktika, Afeganistão, 25 Mar 07.

grupos insurgentes”³⁶. Ou, como Clausewitz expressa, “[a] política, obviamente, não é nada em si mesma; é tão somente o gestor de todos esses interesses contra os outros Estados. Que ela possa falhar, servir às ambições, aos interesses particulares e às vaidades daqueles que detém o poder, é irrelevante”³⁷. Fica claro que Clausewitz não acreditava que a guerra tinha, necessariamente, de seguir qualquer forma de racionalidade em particular, cujo fim fosse o bem maior.

Clausewitz reconheceu a capacidade da guerra em mudar sua aparência além do superficial...

Por último, Christopher Daase escreve que há um esquema conceitual presente em *Da Guerra*, que o faz aplicável a qualquer tipo de conflito. O próprio Daase fornece a melhor explicação sobre esse esquema.

Ao distinguir categoricamente a guerra da política, subordinando a primeira à segunda, [Clausewitz] propõe uma condição tripartite para a guerra, como sendo a aplicação de meios violentos (*Mittel*) para conseguir objetivos militares (*Ziele*), visando a alcançar fins políticos (*Zwecke*). Se acrescentarmos os dois fatores da situação inicial, chegamos aos cinco elementos que formam o esquema conceitual da guerra que Clausewitz tinha em mente: o atacante, o defensor, meios violentos, objetivos militares e objetivos políticos. Com esse esquema, diversas formas de violência política podem ser descritas e comparadas, sem a necessidade de criarmos limites rígidos ou de identificarmos núcleos conceituais³⁸.

Em resumo, nos parece que os acadêmicos que exigem refutarmos o *Da Guerra* o fazem sobre argumentos questionáveis. Clausewitz não defende o emprego de força ilimitada, nem tampouco sua análise da guerra está centrada no Estado — o que a tornaria inútil na análise de conflitos em que estão envolvidos atores alheios aos Estados. Mesmo os insurgentes mais violentos encaram suas ações como sendo subordinadas a

uma causa que julgam ser racional. Da mesma forma, até o mais cauteloso emprego de força por um Estado irá, inevitavelmente, provocar reações emocionais e violentas. Nenhum dos atores nos conflitos armados, passados ou atuais, foi capaz de escapar às influências do acaso e da sorte. Portanto, Clausewitz é tão relevante para a análise das guerras civis e das insurgências do século XXI, como é para o estudo da guerra “clássica” entre Estados³⁹.

Mais do que Simplesmente Relevante

Além da relevância de Clausewitz existe a questão de sua importância. Villacres e Bassford sustentam que a força principal da trindade primária de Clausewitz é sua capacidade de servir como um quadro analítico que, devido à sua abordagem multidimensional e dinâmica para a discussão sobre a guerra, não se limita a explicações unilaterais⁴⁰. A trindade primária enfatiza que as forças que regem a evolução e a condução da guerra estendem-se além das influências racionais, para as influências irracionais da emoção humana e para os efeitos não racionais do acaso e da sorte. Como Clausewitz escreve, “[e]ssas três tendências são como três diferentes leis, bem sólidas quanto aos temas que abordam, mas ainda assim variáveis no relacionamento que têm umas com as outras”. Essa citação mostra que, embora esses três elementos possam ser encontrados em todos os conflitos armados, a prevalência relativa de um ou de outro pode influenciar fortemente a natureza de um conflito em particular. Portanto, as guerras “alimentadas por paixões e rancor” de Keegan não ocorrem fora do conceito Clausewitziano de guerra, mas refletem um ramo da trindade que enfatiza especificamente seu aspecto violento⁴¹.

A trindade secundária gera um vínculo entre os elementos abstratos da natureza da guerra e o mundo real, ao fornecer um exemplo de como essas forças podem ser representadas na sociedade. A classificação de Clausewitz em governo, forças armadas e povo, no caso dos Estados democráticos, ainda é aplicável. Utilizando o Estado como exemplo, pode-se argumentar que, embora sejam as principais envolvidas na guerra, as forças armadas o fazem de acordo com objetivos estabelecidos exclusivamente pelo governo, sob sua direção e supervisão contínuas. Além do mais,

tanto o governo como as forças armadas dependem do povo. Pela perspectiva militar, o povo é uma fonte essencial de recrutas. Para o governo, manter o apoio dos cidadãos que o elegeram é essencial para sua continuidade no poder. Tentar explicar o desenrolar de um determinado conflito armado — e suas causas e efeitos — enfocando apenas um aspecto da trindade (governo, forças armadas e povo) é arriscar-se a não chegar a uma conclusão sólida. De fato, como o próprio Clausewitz escreveu em relação ao estudo da guerra, “[uma] teoria que ignore qualquer um [dos aspectos da trindade] ou que busque estabelecer uma relação arbitrária entre eles iria conflitar com a realidade a tal ponto que, por essa razão só, seria totalmente inútil”⁴².

Clausewitz reconheceu a capacidade da guerra em mudar sua aparência além do superficial, quando escreveu que “a guerra é mais que um camaleão que, para uma dada situação, adapta suas características ligeiramente”⁴³. Contudo, como Villacres e Bassford observam, sobre as diferentes aparências da guerra, “as fontes básicas da mudança, nessas condições, residem nos elementos de sua ‘trindade’”⁴⁴. Portanto, as guerras podem assumir uma variedade de formas, mas todas são moldadas pela interação entre os eternos elementos de violência, acaso e propósito racional. Clausewitz mencionou explicitamente que essas formas são definidas por uma grande variação de fatores contextuais quando escreveu que “portanto, podemos afirmar que os objetivos que o beligerante adota, e os recursos que ele emprega, devem ser regidos pelas características particulares de sua própria posição, mas também devem ser adequados ao espírito da época e à sua natureza geral. Por último, eles devem sempre ser governados pelas conclusões gerais que podem ser tiradas da própria natureza da guerra”⁴⁵. Em outras palavras, Clausewitz afirma que o caráter geral de uma era pode exercer influência sobre os objetivos da guerra e os métodos utilizados, sem que isso signifique uma mudança fundamental na sua natureza.

Teoria e Prática

Embora o livro *Da Guerra*, de Clausewitz, tenha sido publicado há mais de 150 anos, o conceito da trindade da guerra mostrou-se resistente ao tempo, sendo tão aplicável hoje como durante

a era napoleônica. Essa característica reforça a ideia de que a teoria da “nova guerra” perde consistência ao tentar dividir a história da guerra em categorias estanques. A trindade elegantemente rejeita a ideia da existência de fases históricas distintas, ao mostrar como o relacionamento variável entre os três elementos, sempre presentes, pode bem representar uma infinidade de conflitos, moldados diferentemente pelos contextos específicos nos quais ocorrem. Essa especificidade fornece regularidade histórica para o estudo da guerra e nos alerta para a necessidade de permanecermos críticos a quaisquer apresentações que descrevam um certo desenvolvimento como sendo “novo”. Como M. L. R. Smith escreve, “Podem chamá-la como quiser — a nova guerra, guerra étnica, guerra de guerrilha, guerra de baixa intensidade, terrorismo ou a guerra contra o terrorismo — no final, existe apenas uma categoria significativa de guerra: a própria guerra”⁴⁶.

Embora tenham feito contribuições importantes para o estudo do conflito armado contemporâneo, os teóricos da “nova guerra” também têm sido a causa de muita confusão em relação aos aspectos fundamentais da guerra. Além de incorretamente rotular os vários desenvolvimentos contemporâneos como “novos” e de introduzir limites históricos questionáveis, a principal razão para pôr em dúvida a validade de seus argumentos reside no fato de que simplesmente descartam Clausewitz. As bases dessa rejeição ao estrategista prussiano são extremamente ambíguas. *Da Guerra* não defende o uso ilimitado da Força militar, tampouco pode ser acusada de ter uma perspectiva centrada no Estado ou de acreditar que a guerra tenha, necessariamente, de servir a um propósito racional, em busca de um benefício maior. Ainda que admitamos que *Da Guerra* não está imune a críticas, a obra não pode ser rejeitada pelos argumentos apresentados por autores como Kaldor, Keegan e van Creveld. Em vez de substituir o conceito Clausewitziano de guerra, a teoria da “nova guerra” o reforça.

Para concluir este artigo, talvez valha a pena refletir rapidamente sobre a aplicação prática da teoria de Clausewitz como um modelo teórico para o estudo dos conflitos armados. Dentro do contexto da guerra contra o terrorismo, por exemplo, uma análise de Clausewitz tem algumas vantagens, que veremos a seguir. Primeiro, com



Força Aérea dos EUA/Sgt. Ryan Crane

Integrantes da Equipe de Reconstrução Provincial de Laghman buscam por detonadores ao longo dos leitos rochosos dos rios e nas áreas cultivadas, na Província de Laghman, 08 Ago 11.

base na premissa de que a natureza fundamental da guerra não está sujeita a mudanças, seria interessante que observássemos os paralelos históricos em vez de nos concentrarmos em relatos míopes da “nova” ameaça representada pelo terrorismo fundamentalista. Além disso, a trindade primária pode instigar o pesquisador a examinar além do aspecto violento do terrorismo, considerando também as motivações racionais ou instrumentais de seus autores. Juntas, essas abordagens sobre o terrorismo internacional podem contribuir significativamente para um entendimento mais sutil dos adversários assimétricos, abandonando a tendência inútil de representar esses grupos como fanáticos irracionais, em vez de analisar quais fatores compelem as pessoas a tais extremos. O benefício seria um aumento do número de opções políticas, além da violência e da repressão. Terceiro, a trindade secundária tem o potencial de exercer um papel importante, ao chamar a atenção do pesquisador para a necessidade de identificar e analisar as relações socio-políticas dentro do grupo terrorista e entre ele e

o ambiente social em que se insere, considerado como “seus constituintes”. Avaliações feitas dessa forma com relação, por exemplo, ao Talibã ou ao Hezbollah, podem gerar informações reveladoras a respeito dos fatores sobre os quais a legitimidade dos terroristas se baseia. Em outras palavras, que dinâmicas governam a relação entre pessoas, combatentes e políticos, líderes e ideólogos? Essa é uma informação essencial para uma campanha que pretenda conquistar “corações e mentes”.

O conceito trinitário também pode ser uma ferramenta útil para a análise das estratégias ocidentais na Guerra Contra o Terrorismo, bem como do planejamento militar em um sentido mais amplo. A consciência sobre a existência do elemento “acaso” melhora a percepção de que o curso dos conflitos armados nunca poderá ser planejado ou controlado com precisão total. Essa consciência tem implicações importantes para a obsessão ocidental por guerras *high-tech* e a ideia de que a tecnologia pode transformar a guerra em algo controlável e mensurável. Benefícios adicionais podem ser obtidos a partir

da análise das bases de legitimidade dos grupos terroristas, alertando as elites políticas e militares do Ocidente para o fato de que o terrorismo não pode ser derrotado só pela força. O principal ponto fraco dos grupos terroristas não está em suas capacidades militares, mas na população da qual dependem para legitimar sua luta e obter recrutas, financiamento, refúgio, informações e outros recursos materiais. Se o Ocidente pretende vencer a Guerra Contra o Terrorismo, então será necessário que os esforços se voltem para privar os terroristas do apoio público que lhes é tão essencial. Contudo, essa estratégia significa que as queixas do povo — e dos grupos terroristas que pretendem representá-los, por mais detestáveis que esses grupos possam ser — têm de ser levadas a sério⁴⁷.

As trindades primária e secundária nos oferecem uma compreensão sobre a natureza da guerra que não apenas esclarece esse assunto difícil, mas também proporciona um modelo teórico pelo qual a guerra pode ser estudada, lembrando-nos das características que sempre estarão presentes em qualquer conflito armado e da tendência de que envolvam as sociedades como um todo. A violência, o acaso e o propósito racional são princípios de guerra eternos e, devido à natureza variável das relações que têm entre si, são capazes de descrever uma variedade infinita de conflitos. Seja qual for a forma assumida pela guerra — o emprego calculado da força por um Estado, uma tentativa insurgente de usurpar a autoridade ou uma crise de violência étnica, aparentemente irracional —, o conceito da trindade de Clausewitz nos permitirá seu estudo e sua comparação. **MR**

REFERÊNCIAS

1. A premissa de que a obtenção do apoio popular assumiu importância central na guerra contemporânea é explorada com profundidade em Rupert Smith em *The Utility of Force: The Art of War in the Modern World* (London: Basic Books, 2006).
2. CORN, Tony. "Clausewitz in Wonderland", *Policy Review* Web special, Sep. 2008, disponível em: <http://www.hoover.org/publications/policyreview/4268401.html>.
3. MEILINGER, Philip S. "Busting the Icon: Restoring Balance to the Influence of Clausewitz", *Strategic Studies Quarterly*, 1 (Fall 2007), p. 139. Consulte, também, GARDNER, Nikolas. "Resurrecting the 'Icon': The Enduring Relevance of Clausewitz's On War", *Strategic Studies Quarterly*, 3 (Spring 2009), p. 119-33.
4. KALDOR, Mary. "Elaborating the 'New War' Thesis", in Isabelle Duyvesteyn and Jan Angstrom, eds., *Rethinking the Nature of War* (New York: Frank Cass, 2005), p. 221.
5. *Ibid.*, p. 212, 221.
6. *Ibid.*, p. 210-20; KALDOR, Mary. "A Cosmopolitan Response to New Wars", *Peace Review*, 8 (December 1996), p. 505-14.
7. LIND, William S.; NIGHTINGALE, Keith; SCHMITT, John F.; SUTTON, Joseph W.; WILSON, Gary I. "The Changing Face of War: Into the Fourth Generation", in Terry Terriff, Aaron Karp, e Regina Karp, eds., *Global Insurgency and the Future of Armed Conflict: Debating Fourth-Generation Warfare* (New York: Routledge, 2008), p. 13-20; HAMMES, Thomas X. "War Evolves into the Fourth Generation", in Terriff, Karp e Karp, p. 21-44.
8. GRAY, Colin S. "How Has War Changed Since the End of the Cold War?" *Parameters*, 35 (Spring 2005), p. 19.
9. NEWMAN, Edward. "The 'New Wars' Debate: A Historical Perspective Is Needed", *Security Dialogue*, 35 (June 2004), p. 179-85.
10. FREEDMAN, Lawrence. "War Evolves into the Fourth Generation: A Comment on Thomas X. Hammes", in Terriff, Karp e Karp, p. 85; EVANS, Michael. "Elegant Irrelevance Revisited: A Critique of Fourth Generation Warfare", in Terriff, Karp e Karp, p. 68-69, 71-72.
11. ECHEVARRIA, Antulio J. II. "Deconstructing the Theory of Fourth-Generation Warfare", in Terriff, Karp e, p. 59.
12. LADEN, Osama bin. "Declaration of War against the Americans Occupying the Land of the Two Holy Places", 23 ago. 1996, p. 1.
13. CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*, ed. e trad. por Michael Howard e Peter Paret (New York: Everyman's Library, 1993), p. 101.
14. BASSFORD, Christopher. "John Keegan and the Grand Tradition of Trashing Clausewitz: A Polemic", *War in History*, 1 (November 1994), p. 319-36.
15. KEEGAN, John. *A History of Warfare* (New York: Vintage Books, 1993), p. 17-18.
16. CLAUSEWITZ, p. 83-85.
17. *Ibid.*, p. 87.
18. *Ibid.*, p. 99.
19. BASSFORD, Christopher. "Clausewitz and His Works", disponível em: <http://www.clausewitz.com/readings/Bassford/Cworks/Works.htm>; Clausewitz, p. 96, 101.
20. BASSFORD, "John Keegan and the Grand Tradition of Trashing Clausewitz", p. 319-36.
21. HERBERG-ROTHER, Andreas. *Clausewitz's Puzzle: The Political Theory of War* (New York: Oxford Univ. Press, 2007), p. 156-57.
22. CLAUSEWITZ, p. 85-86.
23. *Ibid.*, p. 101.
24. VILLACRES, Edward J.; BASSFORD, Christopher. "Reclaiming the Clausewitzian Trinity", *Parameters*, 25 (Autumn 1995), p. 9-19.
25. CLAUSEWITZ, p. 101.
26. CREVELD, Martin van. *On Future War* (London: Brassey's, 1991), p. 57-58.
27. *Ibid.*, p. 36-37.
28. *Ibid.*, p. 40.
29. *Ibid.*, p. ix.
30. KALDOR, "Elaborating the 'New War' Thesis", p. 220; CREVELD, van., p. 155.
31. KEEGAN, p. 58.
32. METZ, Steven. "A Wake for Clausewitz: Toward a Philosophy of 21st-Century Warfare", *Parameters*, 24 (Winter 1994-95), p. 132.
33. VILLACRES; MASON, p. 9-19.
34. HERBERG-ROTHER, p. 164.
35. MORAN, Daniel. "Strategic Theory and the History of War" (Paper, US Naval Postgraduate School, 2001), p. 7.
36. BAUMANN, Robert F. "Historical Perspectives on Future War", *Military Review*, 77 (March/April 1997), p. 46.
37. CLAUSEWITZ, p. 733.
38. DAASE, Christopher. "Clausewitz and Small Wars", in Hew Strachan and Andreas Herberg-Rothe (eds.), *Clausewitz in the Twenty-first Century* (Oxford, U.K.: Oxford Univ. Press, 2007), p. 186.
39. CREVELD, van., p.63-65, 97; KALDOR, "A Cosmopolitan Response to New Wars", p. 505-14.
40. VILLACRES; MASON, p. 9-19.
41. KEEGAN, p. 58.
42. CLAUSEWITZ, p. 101.
43. *Ibid.*
44. VILLACRES; BASSFORD, p. 11.
45. CLAUSEWITZ, p. 718.
46. SMITH, M. L. R., "Strategy in the Age of 'Low Intensity' Warfare: Why Clausewitz Is Still More Relevant than His Critics", in Duyvesteyn e Angstrom, p. 52.
47. SMITH, *The Utility of Force*; CREVELD, van., p. 26-32; CORUM, James S. *Bad Strategies: How Major Powers Fail in Counterinsurgency* (Minneapolis, Minn.: Zenith Press, 2008).